



Grupo quer proibir que entidades de juízes protestem contra reformas

Um grupo de juízes federais de primeiro grau solicitou que o Conselho Nacional de Justiça proíba associações de magistrados de se envolverem em manifestações contra reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais em debate no Planalto e no Congresso. Para a União Nacional dos Juízes Federais do Brasil (Unajuf), com sede no interior de Goiás, essas entidades devem se restringir a discussões da categoria, e não atuar como “partidos políticos”.

O pedido foi protocolado nesta segunda-feira (26/9) contra as associações de juízes federais (Ajufe), dos Magistrados Brasileiros (AMB) e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Os autores afirmam que a Ajufe, por exemplo, já divulgou críticas em seu site e anunciou ter marcado para outubro mobilização contra mudanças.

“Há um nítido caráter de as associações se imiscuírem em políticas governamentais que são, obviamente, das únicas esferas do Poder Executivo e do Poder Legislativo”, reclama a Unajuf, presidida pelo juiz federal **Eduardo Luiz Rocha Cubas**. Na avaliação dele, as associações violam a Constituição Federal, que proíbe juízes de se dedicarem a atividades político-partidárias.

A entidade goiana queria uma liminar para obrigar o fim de qualquer apoio e organização de protestos contra temas “que não se relacionem com os interesses típicos funcionais da magistratura”. O conselheiro Arnaldo Hossepian, relator do caso, [negou liminar na noite desta segunda](#), por entender que associações de magistrados têm caráter privado e, a princípio, não estão submetidas ao CNJ.

“O pedido poderia caracterizar indevida intervenção estatal no funcionamento das associações e ofensa à sua liberdade de associativa”, disse Hossepian. Ele mandou intimar as entidades para “melhor esclarecimento da matéria”.

Vozes da magistratura

Procurados pela revista eletrônica **Consultor Jurídico**, os presidentes das associações citadas defenderam a participação em discussões. “Fico surpreso que uma entidade que diz representar juízes federais queira restringir a liberdade de magistrados”, afirma o presidente da AMB, **João Ricardo dos Santos Costa**.

Segundo ele, a Associação dos Magistrados Brasileiros se manifesta contra medidas que têm uma característica comum: “enfraquecimento do sistema de Justiça”. Costa entende que nesse pacote estão as propostas de reformar a Previdência, mudar a legislação trabalhista e regulamentar o abuso de autoridade, por exemplo. Ele diz ainda que um dos papéis da AMB é defender instituições.

O presidente da Anamatra, **Germano Siqueira**, disse que a petição ignora o histórico da entidade e seu estatuto, que no artigo 5º inclui a defesa dos interesses da sociedade e “pela implementação da justiça social”. “Quem define os caminhos a seguir são os associados”, diz Siqueira. Ele afirma que a Anamatra acompanha teses definidas em congresso quando se manifesta contra a terceirização na atividade-fim e o aumento da jornada de trabalho, por exemplo. “Não são entendimentos apenas da cabeça do presidente.”



Para o presidente da Ajufe, **Roberto Veloso**, é natural que a associação de juízes federais acompanhe bandeiras da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), grupo que reúne diversos magistrados e representantes do MP.

A Ajufe preocupa-se diretamente, segundo ele, com a Proposta de Emenda à Constituição 241, que fixa um teto ao crescimento dos gastos público, e o Projeto de Lei 280, em andamento no Senado, que tenta definir crimes de abuso de autoridade cometidos por membros dos três poderes. Veloso diz que ambas atingem diretamente a magistratura e inviabilizariam o funcionamento da Justiça no Brasil.

Clique [aqui](#) para ler a petição.

Date Created

27/09/2016